

**FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DO DISPOSITIVO CONTRACOLONIAL:
A CONSTRUÇÃO DE UMA FERRAMENTA ANALÍTICA DO SABER/PODER
INSTITUCIONAL A PARTIR DA RESISTÊNCIA DISCENTE INDÍGENA NA
UFOPA**

**EPISTEMOLOGICAL FOUNDATIONS OF THE CONTRACOLONIAL DEVICE:
THE CONSTRUCTION OF AN ANALYTICAL TOOL OF INSTITUTIONAL
KNOWLEDGE/POWER BASED ON INDIGENOUS STUDENTS RESISTANCE AT
UFOPA**

Marília Fernanda Pereira Leite¹

Resumo: Neste artigo descrevo os fundamentos do Dispositivo Contracolonial que opera na Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa. Parto do pressuposto de que a contracolonialidade é um dispositivo de resistência com função produtora de um campo de poder epistemológico que produz saberes, poderes e modos de subjetivação. Com base nos estudos discursivos foucaultianos e dos povos afropindorâmicos, utilizo a metodologia da escrivência para analisar o primeiro texto institucional produzido nas línguas Munduruku, Português e Wai Wai. A abordagem do poder foucaultiano permitiu analisar como o poder dos povos indígenas da Ufopa se manifesta via avanços no ensino superior indígena.

Palavras-chave: Dispositivo Contracolonial; Ensino Superior Indígena; Escrivência docente.

Abstract: In this article I describe the foundations of the Contracolonial Device that operates at the Federal University of Western Pará – Ufopa. I start from the assumption that contracolonial is a device of resistance with the function of producing a field of epistemological power that produces knowledge, powers and modes of subjectivation. Based on Foucault's discursive studies and those of Afropindoramic's people, I use the methodology self-writing to analyze the first institutional text produced in the Munduruku, Portuguese and Wai Wai languages. The Foucauldian approach to power allowed us to analyze how the power of the indigenous people of Ufopa manifests itself through advances in indigenous higher education.

Keywords: Contracolonial Device; Indigenous Higher Education; Professor self-writing.

Introdução

POVOS NA UNIVERSIDADE
A visão de mundo
Que na aldeia aprendi

¹ Doutoranda em Estudos Linguísticos no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará (PPGL/UFPA), Mestra em Ensino de Língua e Literatura pela Universidade Federal do Tocantins e Professora do Programa Intercultural da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Atua na Formação Acadêmica Indígena da Ufopa e desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão específicas para/com calouros indígenas. E-mail: marilia.leite@ufopa.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9241-7377>

E que trago na alma
É identidade.

Um tempo profundo
Um rio fecundo
Um canto forte
Resistência que quero mostrar
Nas penas, pulseiras, cocar.

E a cidade cobra sem piedade
Mas como fazer
Se a universidade não me permite ser?
Pataxó, Mura, Kambeba, Guarani.
É preciso desconstruir e permitir
Uma interculturalidade
Um respeito à diversidade
Nessa casa de saber.

Porque na minha universidade-aldeia
Onde o rio corre à vontade
O pesquisador não vai sofrer.

Vai ser bem recebido
Vai comer e vai beber
Conhecer nosso sagrado
Ter respeito no seu querer.

Assim queremos que a universidade
Com nossa nação venha fazer
Se despir do preconceito
Entender que sou um legado
Que o meu fumo enrolado
Afugenta todo mal
É preciso entender nosso tempo
Para sair do seu quadrado.
Também faço ciência
Sou terra, sou água
Segue manso meu rio.

Quero saudar meus ancestrais
Nessa selva de pedra
Antes de sentar para aprender
Bater meu maracá
Pedir licença para partilhar
Porque isso é ciência milenar.

Não sou objeto.
Penso e existo.

Não me deixe na invisibilidade
Estou na cidade
Mas minha aldeia levo comigo
Na forma de pensar a universidade
Vamos sentar e a fumaça compartilhar
Fumaça do saber
(KAMBEBA, 2020, p.116).

O poema Povos na Universidade de Márcia Kambeba é uma síntese do movimento de resistência indígena nas instituições de ensino superior do Brasil. O poema ilustra a tese que defendo quanto ao surgimento de uma nova ordem de poder institucional na Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa, protagonizada pelos estudantes indígenas e manifestada via estratégias de resistência à universalidade dos projetos globais (Mignolo, 2020, p.201) que estruturam as práticas discursivas e as epistemologias em destaque nas universidades.

Em seu poema, Kambeba (2020, p. 116) aborda a diferença cultural de visão de mundo dos povos indígenas nas universidades e propõe uma desconstrução destas visões para fazer surgir o novo que somente a “interculturalidade” propicia. Neste tipo de troca não há apagamentos, invisibilidades, não há hierarquia entre os saberes e a universidade se torna uma “casa de saber”, tão importante quanto todas as outras, mas apenas mais um espaço de construir e compartilhar saberes.

“Porque na minha universidade-aldeia/onde o rio corre à vontade/o pesquisador não vai sofrer”. Nestes versos da 5ª estrofe do poema, a cientista indígena faz um paralelo entre a recepção que os estudantes indígenas recebem ao adentrarem nas universidades, e a recepção que não indígenas recebem ao adentrarem nas aldeias. A autora ressalta a violência institucional que impõe aos indígenas uma adequação/integração violenta, que visa apagar, sobretudo, suas subjetividades enquanto povo tradicional e coletivo. A partir da comparação entre a recepção de estudantes não indígenas nas aldeias e estudantes indígenas nas universidades, a escritora indígena equipara os espaços enquanto potências de saberes e reafirma a proposta da oportunidade de possibilidades de trocas epistemológicas justas: “também faço ciência/sou terra, sou água”.

Nos versos “Não sou objeto/penso e existo [...] Vamos sentar e a fumaça compartilhar/Fumaça do saber”, presentes na 9ª e 10ª estrofes, os enunciados mobilizados por Kambeba compõem o discurso que sintetiza a tese defendida neste artigo, de que para compreender a emergência histórica que possibilitou os avanços institucionais quanto às políticas de acesso e permanência dos estudantes indígenas na Ufopa, ocorridos desde a fundação da instituição em 2009, a análise deve partir do movimento institucional que a resistência provoca.

É necessário refletir a partir do Dispositivo Contracolonial o poder da resistência. A análise da resistência indígena, protagonizada pelo movimento social indígena da região oeste do Pará, contra a governamentalidade do Dispositivo Colonial (Neves, 2022, p. 178), centraliza nos efeitos das fissuras provocadas no governo da língua através do processo de democratização

do acesso ao ensino superior (Leite; Neves, 2022, p. 393). Neste exercício reflexivo contracolonial, parto da perspectiva da resistência das línguas indígenas contra a hegemonia da língua portuguesa nas universidades brasileiras a partir da minha experiência vivenciada na Ufopa.

Refletir, descrever e analisar o processo de “compartilhar fumaça do saber” dos estudantes indígenas entre os anos de 2017 e 2023, é também refletir, descrever e analisar o meu processo de professora negra e servidora pública da primeira universidade federal localizada no interior da Amazônia. O início das minhas funções laborais foi propiciado devido a construção do principal projeto institucional voltado para a permanência dos estudantes indígenas da instituição, o projeto institucional Formação Básica Indígena (Resolução Nº 194 de 24 de abril de 2017 – Consun/Ufopa). São as experiências propiciadas no âmbito deste projeto de emancipação epistêmica (Oliveira; Candau, 2010, p.23) e em minha participação no fortalecimento das políticas de ações afirmativas na instituição, que sustentam, ilustram e moldam o que compreendo por Dispositivo Contracolonial.

Os percursos e fundamentos da pesquisa que levou a este conceito, os resultados e os produtos educacionais gerados nesse movimento de partilha de fumaça do saber com os estudantes indígenas da Ufopa, fundamenta-se na Escrivivência (Evaristo, 2020, p.31), compreendendo-a como um operador teórico e como um gênero textual acadêmico (Felisberto, 2020, p. 169). Em seu texto intitulado “Escrivivência como rota de escrita acadêmica”, Felisberto (2020, p.170) baseada na escrita e escolhas temáticas das pesquisas de Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC de seus orientandos/as negros/as, elabora uma análise das formas de escritas negras contemporâneas a partir de Bell Hooks e Conceição Evaristo. Para a pesquisadora,

o aumento da presença de corpos negros vivos dentro de espaços acadêmicos brasileiros, tanto na condição de docentes como de discentes, tem provocado fissuras estruturais nas relações de privilégio e compadrio, que sempre encontraram eco dentro das universidades do país. Construir novas latitudes teóricas tem sido uma reparação epistemológica e uma verdadeira revolução, e o percurso de trazer as escritas para o mesmo pódio dos outros gêneros de textos acadêmicos concede a distinção de convocar a autoria a se fazer presente em primeira pessoa, sem modalizadores, fazendo com que essas novas produções sejam textuais, mas também sensoriais, pois têm som, têm cheiro, têm paladar, têm aconchego, mas também têm dor, e expurgar a dor é fazer as pazes com o presente (Felisberto, 2020, p. 173).

Acrescento que, no caso da Ufopa, o aumento da presença de corpos indígenas provocou fissuras no racismo estrutural e institucional (Almeida, 2019, p.40), o que conseqüentemente

possibilitou o surgimento de um novo dispositivo na relação de poder da instituição com os estudantes indígenas. A partir de 2017 deu-se o início de uma série de medidas institucionais com o intuito de fortalecer as políticas de acompanhamento acadêmico para estudantes indígenas, quilombolas, negros, pessoas com deficiência e do público LGBTQIA+.

Escrever é acontecimentalizar nossas experiências enquanto sujeitas e sujeitos no mundo, é um processo de acionar memória, história e cultura no fazer científico. Para (Foucault, 2006, p.339), acontecimentalizar é “reencontrar as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de força e as estratégias que em um dado momento, formaram o que em seguida, funcionará como evidência, universalidade, necessidade”.

Neste artigo, objetivo iniciar um processo de acontecimentalizar o surgimento do Dispositivo Contracolonial na Ufopa. A partir dos estudos foucaultianos, compreendo o dispositivo como um operador de poder que está em constante embate com um contradispositivo, a resistência. O mapeamento do acontecimento que fez um contradispositivo (a resistência dos estudantes indígenas na instituição) transformar-se em um novo dispositivo (poder de emancipação epistêmica dos estudantes indígenas na instituição), teve como principal operador a Lei de Cotas Raciais (Lei nº 12.711/2012).

Acontecimentalizar o percurso de avanços institucionais na primeira universidade federal no interior da Amazônia, percurso que é parte do meu fazer docente na instituição, é também escrever um momento histórico em que também sou parte. Como nos alertou Bell Hooks, “a academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado”, paraísos são criados pela aprendizagem, paraísos que impedem “a queda do céu” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 216) e nos apontam caminhos para uma Pedagogia Libertadora (Freire, 2020, p. 94).

Elaborei perguntas a partir do conceito de dispositivo de Foucault como base da investigação dos conjuntos heterogêneos que me permite afirmar que na Ufopa há um Dispositivo Contracolonial que tem provocado fissuras na governamentalidade do dispositivo colonial e promovido significativas mudanças institucionais na política de acompanhamento dos estudantes indígenas.

Por meio da analítica do poder através do Dispositivo Contracolonial, busco na pesquisa em desenvolvimento identificar os conjuntos heterogêneos que propiciaram a existência do dispositivo contracolonial na UFOPA: Quais discursos? Quais instituições? Quais arranjos arquitetônicos? Quais decisões regulamentares? Quais leis? Quais medidas administrativas? Quais enunciados científicos? Quais proposições filosóficas, morais e filantrópicas? O dito e o

não dito? Neste artigo, a partir da escrevivência docente, busco descrever parte do conjunto heterogêneo que propiciou a confecção e divulgação do primeiro folder institucional trilingue da Ufopa, escrito em Português, Munduruku e Wai Wai.

1 A escrevivência docente como operador teórico e gênero textual acadêmico: uma ferramenta analítica para descrever o dispositivo contracolonial

Para algumas pessoas, a ideia de sonhar é abdicar da realidade, é renunciar ao sentido prático da vida. Porém, também podemos encontrar quem não veria sentido na vida se não fosse informado por sonhos, nos quais pode buscar os cantos, a cura, a inspiração e mesmo a resolução de questões práticas que não consegue discernir, cujas escolhas não consegue fazer fora do sonho, mas que ali estão abertas como possibilidades. Fiquei muito apaziguado comigo mesmo hoje à tarde, quando mais de uma colega das que falaram aqui trouxeram a referência a essa instituição do sonho não como uma experiência onírica, mas como uma disciplina relacionada à formação, à cosmovisão, à tradição de diferentes povos que têm no sonho um caminho de aprendizado, de autoconhecimento sobre a vida, e a aplicação desse conhecimento na sua interação com o mundo e com as outras pessoas (Krenak, 2019, p. 52-53).

Sonhar, compartilhar o sonho com os familiares e agir apenas depois de apreender todos os sentidos dos signos rememorados do sonho, uma prática corriqueira entre os membros da minha família materna, a família da vó Conceição. Essa memória da minha infância e adolescência com a minha ancestral mais próxima, foi tema em minha escrevivência na prova do memorial que submeti ao concurso de professor do magistério superior da Ufopa, em 2016. Vó Conceição era filha de Vicência, “uma índia brava amansada no laço,” uma das tantas mulheres vítimas de colonizadores na Amazônia. Minha bisavó Vicência nasceu no Estado de Goiás, mas em nossa família, a narrativa da biografia de sua vida nos foi contada a partir do momento “romântico” em que ela foi “amansada”. Antes do meu bisavô (um homem branco, alto e olhos azuis) ela era “bicho bravo”. Compreendi a história violenta de concepção da minha família materna apenas depois de iniciar a pesquisa de mestrado em uma aldeia do povo Krahô, um dos povos do Estado de Goiás que após a divisão do Estado, teve a região denominada de Estado do Tocantins. Precisei vivenciar a escuta das narrativas sobre algumas ancestrais “amansadas” de mulheres Krahô para começar a questionar a narrativa violenta romanceada e apagada na minha família sobre o sequestro de mulheres indígenas.

Minha mãe é a única filha da vó Conceição que se parece com a bisavó Vicência, o que lhe rendeu na infância entre os irmãos o apelido de “neguinha” (mesmo sendo uma mulher de pele branca; o apelido deu-se por ser a única das nove filhas da vó Conceição que possuía o cabelo preto escuro, o rosto arredondado, olhos puxados pequenos e nariz largo, a única a

possuir o fenótipo da bisa Vicência). Esse saber e crença em relação aos sonhos é algo que atualmente continua a ser compartilhado na minha família materna e independe da religião/crença atual dos membros. Sonho é sempre aviso. O ritual é: sonhar, compartilhar o sonho e agir conforme a convenção dos significados. “Sonhei que a Fulana estava chorando dentro do rio”. “Mas a água era escura ou transparente?”. “Ventava?”. Geralmente é para mamãe que as irmãs ligam para contar o sonho. Também é mamãe quem identifica quando alguém está doente, indica o especialista, fala sobre chás e outros remédios.

Vó Izabel, a mãe do meu pai, ancestralizou aos 51 anos, vítima de negligência médica em um hospital público de Belém do Pará. Vó Izabel era uma mulher preta retinta. Fazia parte da associação do Bairro e de movimentos sociais apoiados pela igreja católica. Meu pai conta que vó Izabel viu seus filhos, de uma gravidez gemelar, morrerem em casa devido o médico que atendeu minha avó no hospital, mesmo após ela relatar as dores que sentia, ter avaliado que não era o momento do parto e a orientou voltar para sua casa e “retornar na hora”. Uma das parteiras do bairro aparou as crianças já sem vida, em casa. Vó Izabel foi andando para o hospital, voltou andando e quando sentiu que “era a hora”, já não havia tempo de retornar, andando novamente, para o hospital. Antes de ancestralizar, vó Izabel, que em um determinado momento da vida ia frequentemente à feira do Ver-o-peso buscar restos de frutas e verduras descartadas pelos feirantes, ossos doados pelo açougue para alimentar a família, viu os filhos mais novos, irmãos do meu pai, serem internados no hospital e ficarem conhecidos por lá como “os irmãos comital”. Comital é um medicamento líquido, branco, que um primo do meu pai usava contra convulsões. Meus tios encontraram a medicação, colocaram em um copo com farinha e comeram como se fosse leite. O medicamento é doce e estavam com fome. O resultado da fome dos meus tios, crianças pretas retintas, virou piada no hospital. Ficaram dias em coma. Meu pai contou que eles deveriam ter entre 5 e 7 anos de idade na época. Meu pai conta muitas histórias da infância em Belém. Essa história do comital ele me contou sorrindo e eu não consegui, pela primeira vez, esconder o meu choro e revolta. A primeira dívida que fiz ao assumir o concurso de professora de magistério superior na Ufopa, em 2017, foi um plano de saúde particular nacional.

Meus ancestrais são povos afropindorâmicos (Santos, 2021, p.35), portanto, minha escrevivência docente perpassa minha constituição ancestral. Antônio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo, em seu livro intitulado “Colonização, quilombos, modos e significações” aborda no primeiro capítulo de tema “Invasão e colonização”, a técnica colonizadora de generalizar povos e nações atribuindo outros nomes. Nomear é classificar a identidade do outro para o transformar

em coisa. Neste mesmo livro, o filósofo quilombola fundamenta os conceitos de colonização e contra colonização:

Vamos compreender por colonização todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra. E vamos compreender por contra colonização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios. Assim sendo, vamos tratar os povos que vieram da África e os povos originários das Américas nas mesmas condições, isto é, independentemente das suas especificidades e particularidades no processo de escravização, os chamaremos de contra colonizadores. O mesmo faremos com os povos que vieram da Europa, independentemente de serem senhores ou colonos, os trataremos como colonizadores (Santos, 2021, p.35).

A partir destes fundamentos, nomeei o dispositivo que nasce da resistência dos movimentos indígena e quilombola dentro da Ufopa. Nomeei de Dispositivo Contracolonial, essa ferramenta de poder contra a colonialidade (Quijano, 2010, p.73) que estrutura as universidades. A universidade é uma das instituições históricas utilizada pelos colonizadores para respaldar verdades sobre corpos e línguas ao longo da história. A entrada dos corpos e línguas das quais verdades eram produzidas, reproduzidas e propagadas com selo científico, tem provocado rachaduras institucionais profundas. Os “objetos de pesquisa” ao se materializarem na academia enquanto estudantes e mestres do saber, passam a questionar os modelos de produção e construção de ciência perpetuados ao longo da história.

Reconhecer a existência e os efeitos de movimentos contracoloniais, é ressaltar as guerras vencidas em uma sociedade forjada pela violência, sem apagar ou invisibilizar a resistência de povos que nunca aceitaram de forma pacífica os métodos e técnicas de domínio dos colonizadores. Minha pesquisa em andamento busca ressaltar, no formato do gênero textual escrevivência, o percurso revolucionário dos povos afropindorâmicos que fazem a Ufopa. O exercício de escrever (Alencar; Leite; Santos, 2022, p.166) esse movimento provocado pelo Dispositivo Contracolonial é também uma forma de honrar minha ancestralidade, os estudantes indígenas e quilombolas que trocam saberes comigo no âmbito da docência e o compromisso ético de professora e servidora pública na universidade da região amazônica brasileira que mais oportuniza o acesso aos povos afropindorâmicos.

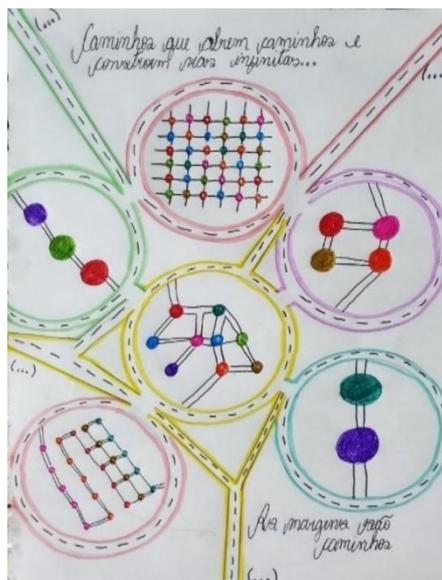
Neste processo de escrita com base nas vivências e reflexões proporcionadas pela docência, pelos estudos na área de ensino e aprendizagem de línguas, compreendo a escrevivência do educador, também como uma ferramenta metodológica de pesquisa-ação em sala de aula, uma ferramenta que proporciona investigar e buscar soluções inerentes ao processo

de ensino e aprendizagem no contexto específico onde o educador está inserido. Gosto de desenhar teorias, dar-lhes imagens, cores, movimentos e sons. Gosto de destacar e colorir as teorias, imaginar signos que lhes representem. Essa técnica me ajuda a internalizar o que leio e o que considero importante socializar com meus alunos e companheiros de docência. Dito isso, quero que o leitor deste artigo, entenda e visualize que compreendo a universidade de forma imagética como uma encruzilhada, no sentido que Luiz Rufino aborda no livro *Pedagogia das Encruzilhadas*:

a perspectiva epistemológica, a que prefiro chamar de poética, defendida na *Pedagogia das Encruzilhadas* reconhece e credibiliza a dimensão pluriversal dos conhecimentos. [...] Parto da premissa de que há múltiplas formas de educação, contextos educativos e praticantes do saber. Educamos para os mais variados fins, de modo que a questão em voga não é polarizar o debate em uma boa ou má educação, mas problematizar a vigência do projeto colonial e os dispositivos de orientação e formação educativas que operam a seu favor (Rufino, 2019, p. 83-82).

A universidade é esse lugar de cruzo, uma encruzilhada que os povos afropindorâmicos querem cruzar sem abandonarem seus conhecimentos ancestrais. Para Rufino (2019, p.106) “atravessar as noções de cultura forjadas no cerne da ciência por noções forjadas no âmbito das experiências sociais pretas e ameríndias é estar a praticar a *Pedagogia das Encruzilhadas*”. Em meu exercício de colorir e tirar do abstrato as teorias, produzo imagens. Fundamentada na *Pedagogia da Encruzilhada* de Luiz Rufino, compreendo a universidade como uma encruzilhada de caminhos que abrem caminhos e constroem vias infinitas de saberes. Qual a medida dos saberes que compartilhamos na academia? Não há. A universidade é uma encruzilhada formada por várias encruzilhadas. Cada cruzo de saber cria possibilidades de outros cruzos de saberes, de forma conectada e circular. Os resultados dos cruzos e suas potências visualizo em círculos coloridos, que se ligam a outros círculos, se formam no centro e escorrem pelas margens para percorrer os outros cruzos, resultados de outros processos de encontro e partilha.

Pensar a universidade como uma encruzilhada é opção conceitual para falar da potência de saberes que se encontram, das possibilidades de cores que podem surgir desse encontro. É mostrar que nenhum cruzo é igual, que todas as formas de significar o mundo são importantes na construção das ciências. Há tensão na encruzilhada e elas fortalecem os caminhos. Nas cosmologias tradicionais dos povos afropindorâmicos o fim não existe, o fim é criação colonial. Nas encruzilhadas as margens são caminhos.



Fonte: Elaboração da autora, Marabá, 2023.

Nesta encruzilhada que é a universidade, me debruço sobre o cruzo das línguas indígenas com o Português acadêmico para refletir as ações do Dispositivo Contracolonial, desse poder que começa nas margens e toma o centro de importantes decisões políticas e linguísticas na instituição.

2. Dispositivo contracolonial: o dispositivo analítico da resistência discente indígena na Ufopa

Eu sempre trago essa fala. Naquele momento eu fiquei indignado, mas isso me serviu como uma motivação, tá? É que quando a gente chega na sala o professor pergunta “quantos estudantes vocês são”? Aí uma colega na época, não me lembro o nome, também não vale a pena lembrar. Mas assim, quando a pessoa fala assim “**olha, nós somos cinquenta estudantes e cinco indígenas**”. É um impacto. Porque nós estamos ali porque nós também conseguimos, nós estamos ali por capacidade, mérito e disputa como todos. [...] **Eu não me considero índio, eu sou Munduruku** (Munduruku, 2020²).

[...]

Viver nas fronteiras significa
o moedor com a navalha de dentes brancos que quer retalhar
sua pele cor de oliva-avermelhada, esmagar seu miolo, seu coração martelar você
espremer você rolar você para fora
cheirando a pão branco, mas morto;

Para sobreviver às fronteiras
você deve viver sin fronteras

² Abimael Munduruku, estudante indígena que ingressou na Ufopa via Processo Seletivo Especial Indígena; ingressou no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade da Ufopa através da reserva de vagas para indígenas; o primeiro Munduruku de seu povo a defender uma dissertação em sua aldeia.

ser uma encruzilhada
(ANZALDÚA, 1987).

A universidade é uma encruzilhada com potência de cruzos de saberes que podem se manifestar em práticas discursivas (Foucault, 2005) racistas e práticas discursivas de resistências. Conforme Foucault (2005, p.205) “não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma”. Quais saberes podemos identificar através das práticas discursivas dos estudantes indígenas e não indígenas neste movimento de encontro e cruzo na Ufopa? Nesta reflexão, destaco acima os enunciados reproduzidos por Abimael Munduruku durante sua fala na live debate intitulada “Outras epistemologias: a experiência da monitoria indígena na disciplina direitos humanos e direitos indígenas da Ufopa”.

O estudante Munduruku do curso de Direito da Ufopa atuou como monitor no Programa de monitoria *Ceanama* em 2019. A monitoria é voltada para o acompanhamento pedagógico de estudantes indígenas e quilombolas. Em 2019, lecionei com o professor do curso de Direito, professor Me. Lucas Vieira, a disciplina intitulada Direitos Humanos e Direitos indígenas, uma das disciplinas que compõe a proposta curricular da Formação Básica Indígena – a formação acadêmica inicial que os estudantes indígenas que ingressam na instituição via Processo Seletivo Especial Indígena cursam antes de ingressarem nos cerca de 45 cursos de graduação ofertados pela instituição em Santarém. Abimael Munduruku e Rosimary Munduruku foram os estudantes indígenas do curso de Direito selecionados no edital para desenvolver o plano de trabalho que elaboramos para a disciplina.

No debate virtual organizado pela Pró-Reitoria de Ensino – Proen/Ufopa, o intuito de nossa participação foi socializar as experiências de ensino proporcionadas pelo projeto *Ceanama* (significa amigo, em Nheengatu). O evento foi transmitido ao vivo no dia 30/07/2020, às 19h³. O relato do enunciado que destaco acima ocorreu em 2013, conforme o estudante indígena. De acordo com o estudante Munduruku, quando o professor entrou na sala dos estudantes de Direito e perguntou quantos estudantes havia naquela turma, uma estudante respondeu: “Olha, nós somos cinquenta estudantes e cinco indígenas”. Esta memória trazida pelo estudante no debate teve o intuito de mostrar o quanto foi difícil a socialização com os

³ Live disponível em: [\(80\) Outras Epistemologias: a exp. da monit. indígena na disciplina de Dir. Humanos e Dir. Indígenas - YouTube](#)



Fonte: www.ufopa.edu.br/media/file/site/proges/documentos/2022/4b97b10b8b7f95bc736e44fed22364a6_1Knf4v.pdf

Este é o primeiro folder institucional trilingue da Ufopa, escrito em Português, Munduruku e Wai Wai. Além dos enunciados que destacamos nas imagens 2 e 3, no folder de serviços há uma versão trilingue dos serviços disponíveis aos estudantes pela Diretoria de Políticas Estudantis e Ações Afirmativas – DPEAA/Ufopa, sobre a Diretoria de Acompanhamento Estudantil, sobre a Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e sobre o restaurante universitário.

A Ufopa foi criada pela Lei nº12.085 de 5 de novembro de 2009, é a primeira instituição federal de ensino superior com sede no interior da Amazônia, no município de Santarém, a terceira maior cidade paraense. Possui atualmente campi nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. A instituição realiza desde a sua fundação o Processo Seletivo Especial Indígena – PSEI, um processo seletivo diferenciado para candidatos indígenas às vagas em todos os cursos de graduação ofertados pela instituição. A Ufopa não possui cursos específicos para estudantes indígenas, as vagas disponibilizadas via política de cotas abrangem todos os cursos ofertados pela instituição. Somente 13 anos após a política de acesso indígena na instituição, os povos indígenas bilíngues em maior número na instituição receberam instruções quanto ao funcionamento acadêmico dos setores de política e acompanhamento estudantil, em suas línguas maternas: língua Munduruku e língua Wai Wai. A tradução/versão em línguas indígenas do documento foi realizada por estudantes indígenas egressos que

estabeleceram uma política de apoio linguístico (gratuito) com a DPEAA, devido o compromisso coletivo com os indígenas calouros de seus povos.

O público estudantil indígena da instituição é formado por indígenas oriundos de diversas regiões dos estados do Pará, Roraima e Amazonas. O Processo Seletivo Especial Indígena possibilitou que a formação do corpo discente seja composta por aproximadamente 20 povos indígenas, pois a cada processo seletivo outros povos de regiões próximas ao Oeste do Pará ingressam na universidade. De acordo com Pereira e Brasileiro (2022), atualmente estão matriculados na Ufopa representantes dos povos Borari, Sateré-Mawé, Kumaruara, Apiacá, Arara Vermelha, Munduruku, Wai Wai, Kaxuyana, Mawayana, Xerew, Hyskariana, Arapiun, Tapuia, Tupaiú, Ticuna, Waiãpi, dentre outras. Conforme as autoras

até o ano de 2022, a Ufopa se caracteriza como a segunda instituição de ensino superior da região Norte com maior diversidade étnica nos seus cursos de graduação. São aproximadamente 20 povos indígenas, diversas comunidades quilombolas e tradicionais representadas pelos discentes na instituição. Isto revela a importância da Ufopa como propulsora e formadora de conhecimentos e saberes principalmente a partir das epistemologias existentes no seu espaço educacional. A criação da Ufopa, única universidade pública federal com sede no interior de uma parte territorial da Amazônia brasileira, evidenciou o potencial geográfico e populacional indígena do Oeste paraense, como um rico campo cultural, étnico e epistêmico (Pereira; Brasileiro, 2022, p. 181).

Em 2023 a Ufopa completou 14 anos de PSEI. A política de reserva de vagas na instituição é anterior a lei de cotas. O Dispositivo Contracolonial é o resultado da resistência indígena há 14 anos. Na imagem 2, em que mostramos a capa do folder informativo institucional, destaco o símbolo da universidade, abaixo o nome da universidade escrito em Português, seguido da versão em Munduruku e da versão em Wai Wai. Abaixo dos nomes há uma arte que envolve o público de estudantes que compõem a instituição e que são atendidos pela PROGES. Destaco na arte os enunciados “CALOURO(A) UFOPA 2022/ QUE BOM QUE VOCÊ CHEGOU!!!! #BEMVINDOS(AS)” escritos também nas versões Munduruku e Wai Wai. A arte da capa finaliza com uma imagem aérea do Campus Tapajós, onde está localizado todos os institutos com sede em Santarém, exceto o Instituto de Ciências da Educação – Iced/Ufopa. Na imagem aérea conseguimos visualizar os prédios, a parte florestada e o Rio Tapajós.

Na imagem 3 destaco a arte criada para o folder de recepção dos calouros de 2022 em que o público estudantil que compõe a universidade pode ser visibilizado: “LGBTQIAP+, Indígenas, Quilombolas, Brancos, Negros e PcD”. Para Gregolin (2006, p.59)

pensando o sujeito como uma fabricação, uma construção realizada, historicamente, pelas práticas discursivas, é no entrecruzamento entre discurso, sociedade e história que Foucault observa as mudanças nos saberes e sua conseqüente articulação com os poderes. Para Foucault, o sujeito é o resultado de uma produção que se dá no interior do espaço delimitado pelos três eixos da ontologia do presente (os eixos do ser-saber, do ser-poder e do ser-si). Dispositivos e suas técnicas de fabricação (como a disciplinaridade, por exemplo) constituem o que se entende como sujeito. Portanto, se o objetivo fundamental de Foucault é ‘produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano na nossa cultura’ e, se essa história é constituída pelo discurso, a relação entre linguagem, história e sociedade está na base de suas reflexões. Segundo Foucault, para analisar os diferentes modos de subjetivação é preciso determinar e descrever a proliferação dos acontecimentos discursivos através dos quais, graças aos quais e contra os quais se formaram as noções, os conceitos, os *topoi* que atravessam e constituem os objetos e engendram os discursos que falam sobre eles.

Conforme a autora, para analisarmos as mudanças nos saberes que circulam na sociedade e o movimento de articulação de poderes que tais mudanças impõem, é necessário que compreendamos o sujeito como uma construção histórica que é resultado da relação entre discurso, sociedade e história. O exercício de trazer o folder como materialidade discursiva do que chamamos de Dispositivo Contracolonial, seguindo os pressupostos da análise do discurso foucaultiana, tem o intuito de descrever esse acontecimento discursivo e marco histórico institucional: a confecção e divulgação de um folder informativo trilingüe em português e línguas indígenas.

Reconhecer que através da língua nós tocamos uns nos outros parece particularmente difícil numa sociedade que gostaria de nos fazer crer que não há dignidade na experiência da paixão, que sentir profundamente é marca de inferioridade; pois, dentro do dualismo do pensamento metafísico ocidental, as ideias são sempre mais importantes que a língua. Para curar a cisão entre mente e corpo, nós, povos marginalizados e oprimidos, tentamos resgatar a nós mesmos e às nossas experiências através da língua. Procuramos criar um espaço para a intimidade. [...] Tomamos a linguagem do opressor e voltamo-la contra si mesma. Fazemos das nossas palavras uma fala contra-hegemônica, libertando-nos por meio da língua (Hooks, 2017, p.233).

Bell Hooks (2017, p.223) em seu livro *Ensinando a transgredir, a educação como prática da liberdade*, (obra em que a autora traz reflexões quanto a contribuição de *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire) no capítulo 11 intitulado de “A língua”, a autora ressalta a importância de dominar a língua do opressor sem violentar a língua da comunidade que pertencemos. No caso dos estudantes indígenas bilíngües, a língua portuguesa é a língua opressora que eles buscam dominar na universidade. Para muitos deles, é no ambiente

acadêmico, que surge o primeiro contexto que propicia o uso oral e escrito da língua portuguesa, devido a necessidade de residirem nas cidades para estudarem, visto que nas aldeias se comunicam nas línguas de seus povos. É uma transgressão linguística ao discurso de dominação da língua portuguesa, utilizado como técnica colonialista de dominação (Neves; Gregolin, 2020, p. 23), a existência de um folder institucional de serviços trilingue. Primeiro porque assume que a universidade não é formada por monolíngues em língua portuguesa, segundo porque aponta a necessidade de que a acessibilidade linguística ocorra na instituição enquanto parte da política de acompanhamento dos estudantes indígenas bilíngues.

Considerações finais

São considerações iniciais da pesquisa em desenvolvimento sobre o Dispositivo Contracolonial que apresento a seguir. Com base nos estudos em desenvolvimento, o Dispositivo Contracolonial é o resultado da resistência ao epistemicídio indígena que ocorre na instituição. Sueli Carneiro em sua tese intitulada *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* (Carneiro, 2005, p. 51), aponta a existência de um dispositivo de racialidade/biopoder que opera na sociedade brasileira. Para a autora, a raça é um dispositivo de poder que direciona quais grupos raciais devem viver e morrer. Baseada no conceito de dispositivo de Foucault a pesquisadora aponta o epistemicídio (Carneiro, 2005, p. 57) como um dos operadores do dispositivo da racialidade.

O Dispositivo Contracolonial é uma reação ao epistemicídio perpetuado nas instituições de ensino superior e que podemos evidenciar na resistência dos movimentos sociais e coletivos que atuam dentro da Ufopa na construção de uma pedagogia emancipatória, de projetos educativos que não promovam colonialidade. O Dispositivo Contracolonial é produto dos avanços das políticas de ações afirmativas na instituição que surge como efeito da articulação das relações de poder entre práticas e saberes, dentro do conjunto heterogêneo que engloba o dispositivo, a democratização do acesso ao ensino superior via política de cotas raciais foi fundamental para o surgimento de um dispositivo de resistência, o Dispositivo Contracolonial.

Referências

ALENCAR, Aliane Correa; LEITE, Marília Fernanda Pereira; SANTOS, Vanda Melo dos. Pelegrafia e escrevivência: campos de atuação e constituição do corpo da mulher negra. *In*: SOUSA, Girliana Silva; BRAGA, Lílian Regina Furtado; CARIPUNA, Lina Alessandra; ANDRADE, Danielle de Jesus; SILVA, Andressa Sousa da; SILVA, Luane Fróis da; COSTA, Ingrid Sabrina Batista; SOUSA, Kerlanny do Amaral; BARBOSA, Eloisa Brito;

COSTA, Isabelle de Oliveira (Org.). *Vozes afroamazônidas: entre rios, terras e afetos*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022, p. 140-159.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

CARNEIRO, Sueli Aparecida. *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. 2005. 339f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Org.). *Escrevivência: A Escrita de Nós. Reflexões Sobre a Obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 26- 47.

FELISBERTO, Fernanda. Escrevivência como rota de escrita acadêmica. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Org.). *Escrevivência: A Escrita de Nós. Reflexões Sobre a Obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 164-181.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. Poder e saber. In: MOTTA, Manoel Barros da. (Org.). *Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2019.

MIGNOLO, Walter. *Histórias Locais / Projetos Globais: Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos*. São Carlos: Claraluz, 2006.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

KAMBEBA, Márcia Wayna. *Saberes da floresta*. São Paulo: Jandaíra, 2020.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LEITE, Marília Fernanda Pereira. NEVES, Ivânia dos Santos. As fissuras provocadas no governo da língua através do processo de democratização do acesso ao ensino superior. In: *Anais do XII Congresso de Pesquisadores/as Negros/as*. Recife: UFPE, 2022, p. 393-400.

NEVES, Ivânia. *A invenção do índio e as narrativas orais tupi*. 2009. 209f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

NEVES, Ivânia; GREGOLIN, Maria do Rosário. A Arqueogenealogia Foucaultiana como lente para a análise do Governo da Língua Portuguesa no Brasil: continuidades e disrupções.

Revista Moara, Belém, v. 2, n. 57, p. 8-32, 2021. DOI:

<http://dx.doi.org/10.18542/moara.v2i57.9898>. Disponível em:

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/9898>. Acesso em: 24 jun. 2024.

NEVES, Ivânia. Mairi, terra de Maíra: a ancestralidade indígena eclipsada em Belém.

Policromias, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 178-205, 2022.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 01, p. 15-40, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/TXxbbM6FwLJyh9G9tqvQp4v/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 24 jun. 2024.

PEREIRA, Terezinha do Socorro Lira; BRASILEIRO, Tânia Sueli Azevedo. As epistemologias indígenas no ensino superior à luz da realidade da UFOPA. *Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar*, Manaus, v. VII, n. 2, p. 172-191, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/rech/article/view/11383>. Acesso em: 24 jun. 2024.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa Santos, MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos, Modos e Significações*. Brasília: AYÔ, 2021.

Recebido em 29 de novembro de 2023

Aceito em 09 de março de 2024